

**ATIVISMO POLÍTICO EM TRAÇOS DE HUMOR:
AS CHARGES VEICULADAS NO JORNAL
O LAMPIÃO DA ESQUINA (1978-1981)**

Edvaldo Correa Sotana

Doutor em História pela UNESP/ Assis. Professor Adjunto do Curso de História do Campus de Aquidauana da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS).
e-mail: sotana.ufms@gmail.com

&

Mellany Oliveira Magalhães

Graduada em História pelo Curso de História do Campus de Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

SOTANA, Edvaldo Correa & MAGALHÃES, Mellany Oliveira. Ativismo político em traços de humor: as charges veiculadas no jornal *O Lampion da Esquina* (1978-1981). *albuquerque* – revista de história. vol. 7, n. 13. jan.-jun./2015, p. 1-17.

Resumo: O presente artigo estabelece relações entre imprensa escrita, ditadura militar brasileira, política e produção de charges. Especificamente, apresenta dados referentes ao levantamento de charges veiculadas no jornal *O Lampion da Esquina*, entre os anos de 1978 e 1981. No texto, entendemos a charge como material produzido para fazer humor e, principalmente, como instrumento de ação política na resistência ao regime militar brasileiro. Dentre os resultados obtidos, selecionamos sessenta e quatro charges publicadas no periódico. Dada a impossibilidade de analisar todas, focamos o trabalho em três charges voltadas para o cenário político nacional. Com o trabalho desejamos, portanto, ressaltar a necessidade de atentarmos para as diferentes dimensões da prática política de resistência ao regime militar brasileiro.

Palavras-chave: *O Lampion da Esquina*, Regime Militar, Charges.

Abstract: This article establishes relations between written press, Brazilian military dictatorship, politics and charge production. Specifically, it presents data referring to charge gathering, conveyed in *O Lampion da Esquina* newspaper, between 1978 and 1981. In the text, we see charge as a material produced to make humor and, mainly, as a political action instrument in the resistance against the Brazilian military regime. Among the obtained results, we have selected sixty-four charges published in that periodic. Giving the impossibility of analyzing all of them, we focused our work on three charges related to that national political scenario. With this study, therefore, we hope to highlight the need of paying attention to the different dimensions of political practice of resistance against the Brazilian military regime.

Key-words: *O Lampion da Esquina*; Military Regime, Charges.



presente artigo é resultado de um projeto de pesquisa ocupado em realizar o levantamento das charges veiculadas no jornal *O Lâmpião da Esquina*, entre os anos de 1978 e 1981, período inscrito na chamada abertura política.¹ Ainda sob o signo da repressão e do autoritarismo, os articulistas de *O Lâmpião da Esquina* praticavam jornalismo de teor político. Desse modo, tomamos as charges como material produzido para fazer humor, mas que também permite pensar a prática política de resistência ao regime militar brasileiro.² Como resultado final, selecionamos 64 charges publicadas no periódico. Do total, descreveremos três charges voltadas para o cenário político nacional, sendo duas sobre política econômica (crise do petróleo e aumento do preço da gasolina) e outra sobre a lei da Anistia e o regresso dos exilados durante a ditadura militar brasileira.

A escolha do material fundamenta-se no papel desempenhado por chargistas e caricaturistas durante o regime militar brasileiro. Conforme Kucinski, tais produtores desempenharam “um papel central na resistência à ditadura brasileira” e “driblaram o poder, num exercício típico de seu ofício”, transformando o “humor impresso” num “ato coletivo, político e militante.” O pesquisador apontou, ainda, outros dois motivos para compreendermos o papel de oposição desempenhado por chargistas e caricaturistas. São eles:

¹ O plano de trabalho desenvolvido pela discente Mellany Oliveira Magalhães, sob minha orientação, entre agosto de 2012 e julho de 2013, estava vinculado ao projeto de pesquisa “Homossexualismo & Homofobia, representações e mídia no Brasil contemporâneo”, coordenado pelo Prof. Dr. Miguel Rodrigues de Sousa Neto, do curso de História, Campus de Aquidauana, UFMS.

² Temos importantes trabalhos acadêmicos que discutem o trinômio composto por charges, ditadura militar e resistência. Dentre eles, sugerimos os seguintes estudos: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. *Topoi*, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 63. Disponível em: <www.revistatopoi.org>. Acesso em: 17 out. 2013; FRANCISCO, Luciano Vieira. Ziraldo: Análise de sua produção gráfica n’O Pasquim e no Jornal do Brasil (1969-1977). 153 fls. Dissertação. (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2010; SOIHET, Rachel. Preconceitos nas charges de *O Pasquim*: mulheres e a luta pelo controle do corpo. *Revista ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 39-53, 2007. Disponível em: <<http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF14/rachel%20soihet.pdf>>. Acesso em 01. set. 2015 e BURKART, Mara. La Caricatura Política em O Pasquim bajo la Dictadura Militar (1978-1980). *Dominios da Imagem*, Londrina, v. 6, n. 12, p. 115-131, maio. 2013.

Em primeiro lugar, como diz Henfil, ‘o humorista tem a consciência de que só pode expressar o que sente das coisas, se tiver absoluta liberdade’. Em segundo lugar, esse humor funcionou como terapia coletiva, socializando uma das principais funções psicológicas do riso, a de dissipar tensões lentamente acumuladas. Por isso, ele floresceu nos dois momentos de anti-clímax do regime militar, logo após o golpe e, de novo, quando se esgotou o impacto do AI-5.³

Tal poder contestatário despertou, desde princípios do regime, a repressão empreendida pelos agentes do Estado para com os chargistas. Claudius, por exemplo, foi preso por veicular uma charge na página editorial do quarto número de PIF-PAF, tornando-se, assim, “o primeiro humorista preso no período pós-64.”⁴

Além disso, estudar as charges estimula a reflexão sobre o papel da imprensa, “rica em dados e elementos”, sendo, para alguns períodos, a “única fonte de reconstituição histórica, permitindo um melhor conhecimento das sociedades ao nível de suas condições de vida, manifestações culturais e políticas.”⁵ Ao conceber a mídia impressa como importante fonte para o estudo de temas ou períodos específicos, não desconsideramos, porém, a necessidade de pensarmos sobre os “efeitos de concorrências” existentes “no interior do próprio jornal” e que impactam na sua produção.⁶

Mesmo não tendo possibilidade de desdobrar tal procedimento no presente artigo, concebemos a importância de buscar dados e informações sobre os chargistas, visando, desse modo, conhecer e compreender sócio-historicamente “as relações internas entre os agentes integrados à mídia e a empresa midiática focalizadas pela pesquisa, agentes que devem ser percebidos por meio de suas biografias visando organizar uma prosopografia.”⁷

³ KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta Editorial, 1991, p. 14.

⁴ KUCINSKI, op. cit., p. 18.

⁵ ZICMAN, Renée Barata. História Através da Imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História**, n.04, São Paulo, 1985, p. 89-102. Disponível em <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12410/8995>>. Acesso em 04 set. 2015, p. 89.

⁶ BUSETTO, Áureo. A mídia brasileira como objeto da história política: perspectivas teóricas e fontes. In.: SEBRIAN, Raphael Nunes et. al. (Orgs.). **Dimensões da política na historiografia** Campinas: Pontes Editores, 2008, p. 15.

⁷ BUSETTO, op. cit., p. 17.

Convém indicar, igualmente, a charge como um elemento gráfico que tem a capacidade de abordar, de forma condensada e humorada, assuntos do dia-a-dia com críticas que expressam opinião. Vale registrar que a primeira intenção da charge é provocar o riso. Verônica Palmira Salme de Aragão salientou que a charge constrói-se partir de uma base humorística, o que acaba contribuindo para sua originalidade.⁸ Ademais, como apontou Dennise Vasconcelos, o termo deriva de *charger*, expressão que na língua francesa significa carregar ou exagerar.⁹ Portanto, a charge vem acompanhada de vários elementos que a tornam singular. Vasconcelos exemplifica:

Este gênero pode vir acompanhado de textos ou trazer apenas a ilustração. As palavras, quando aparecem, têm a função de complementar a informação ou o sentido humorístico. A charge apresenta os fatos do cotidiano criticando e denunciando, para isso faz uso da ironia e do humor.¹⁰

Num periódico, a utilização da imagem gráfica também serve para a emissão de opinião e, em muitas ocasiões, funciona de modo mais perspicaz que artigos, editoriais e crônicas. Em seu artigo *Conceito de caricatura: não tem graça nenhuma*, Alberto Gawryszewski definiu o conceito da charge jornalística como um gênero iconográfico de opinião, onde o autor do desenho busca dar uma interpretação para algo e uma dimensão crítica ao seu trabalho.¹¹

Por sua vez, o historiador Rodrigo Patto de Sá Motta afirmou que o surgimento do desenho de humor permitiu maior aproximação das classes subalternas em relação à política e que a caricatura ajudou a traduzir os conflitos e grandes personagens políticos para a linguagem popular.¹² Salientou, igualmente, certa ambigüidade provocada pelo material que gera o riso, uma vez que pode mobilizar tanto sentimentos favoráveis à mudança, ao

⁸ARAGÃO, Verônica Palmira Salme de. **O não-dito construído pelo viés do humor nas charges**. 202p. Dissertação (mestrado em Língua Portuguesa), UFF - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007, p. 97.

⁹VASCONCELOS, Dennise Cunha. A charge na televisão: adaptações, características e função. **Revista Eletrônica Temática** Ano. V. n. 11, nov. 2009. Disponível em <<http://www.insite.pro.br/2009/Novembro/Artigo%20DENNISE.pdf>>. Acesso em 10 de ago. 2015, p.02.

¹⁰ Idem, p. 02

¹¹GAWRYSZEWski, Alberto. *Conceito de caricatura: não tem graça nenhuma*. **Revista Domínios da Imagem**. N. 2, p. 7-26, 2008. p. 11

¹² MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p.18

progresso, à liberdade, quanto também pode ser utilizado como arma a favor do conservadorismo.¹³

Se, por um lado, as charges veiculadas no *Lampião da Esquina* não foram exploradas em demasia pelos pesquisadores, por outro lado, o jornal foi tomado como objeto de estudo ou como fonte para pesquisa de temáticas específicas. Dentre eles, Rodrigues adotou uma perspectiva interdisciplinar e realizou um estudo comparativo entre a linguagem verbal e a linguagem visual de quatro periódicos da imprensa gay.¹⁴ Já Carlos Ferreira apresentou dados sobre a criação, organização e distribuição de *O Lampião da Esquina*.¹⁵ Por sua vez, Simões Junior analisou as cartas de leitores veiculadas pelo jornal para contemplar a resistência à ditadura militar e refletir sobre movimento homossexual e a questão da identidade.¹⁶ As cartas também foram privilegiadas por Márcio Leopoldo Gomes Bandeira para discutir práticas de leitura e de escrita associadas a homossexualidade.¹⁷ Os anúncios publicitários veiculados na imprensa gay no geral – e no *Lampião* em particular – foram objeto da pesquisa de Rodrigues e Victorio Filho.¹⁸ Já o texto escrito em conjunto por Leonardo Schultz e Patrícia Marcondes Barros discutiu gênero e sexualidade tendo como corpus documental quatro edições do jornal.¹⁹ As representações do corpo masculino no *Lampião* – e também na revista *Junior* –, por meio de fotografias veiculadas nas suas capas, integram o escopo do estudo de Muriel Emidio Pessoa do Amaral.²⁰ Já Elaine Zanatta abordou o periódico ao tratar das fontes para a pesquisa com a documentação do movimento homossexual,

¹³ Idem, p. 21

¹⁴ RODRIGUES, Jorge Luís Pinto. **Impressões de identidade: histórias e estórias da formação da imprensa gay no Brasil**. 216 fls. Tese. (Doutorado em Letras). Universidade Federal Fluminense, 2007.

¹⁵ FERREIRA, Carlos. **Imprensa homossexual: surge o Lampião da Esquina**. *Revista Alterjor*. Ano 1, n.1, 2010.

¹⁶ SIMÕES JUNIOR, Almerindo Cardoso. **'... E havia um lampião na esquina'** - memórias, identidades e discursos homossexuais no Brasil do fim da ditadura (1978-1980). 133 fls. Dissertação. (Mestrado em Memória Social). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

¹⁷ BANDEIRA, Marcio Leopoldo Gomes. **Será que ele é?: sobre quando Lampião da Esquina colocou as Cartas na Mesa**. 129 fls. Dissertação. (mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica, 2006.

¹⁸ RODRIGUES, Jorge Luís Pinto; VICTORIO FILHO, Aldo. **Os anúncios na imprensa gay do Brasil**. *Anais do VI Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*. Salvador: Faculdade de Comunicação. Universidade Federal da Bahia, 2008. Disponível em < <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14123.pdf>>. Acesso em 27 ago. 2015.

¹⁹ SCHULTZ, Leonardo; BARROS, Patrícia Marcondes de. **O lampião da esquina: discussões de gênero e sexualidade no Brasil no final da década de 1970**. *Revista de Estudos da Comunicação*, Curitiba. V.15, n.36, p. 49-63, jan./abr.2014.

²⁰ AMARAL, Muriel Emidio Pessoa de. **Representação do Corpo Masculino: relações de imagem, identidade e cultura sobre o corpo masculino no jornal Lampião da Esquina e na revista Junior**. 193 fols. Dissertação. (Mestrado em Comunicação). Bauru: Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação. Universidade Estadual Paulista, 2013. Disponível em < http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/89374/amaral_mep_me_bauru.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 10 ago. 2015.

depositada no Arquivo Edgard Leuenroth, Centro de Pesquisa e Documentação Social (AEL), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da UNICAMP.²¹ Ao tratar das representações do homoerotismo contemporâneo, Miguel Rodrigues de Souza Netto forneceu dados e apresentou reflexões para pensarmos a produção e circulação *d'O Lampião da Esquina*, assim como sua história, idealizadores, colaboradores mais frequentes e sua atuação política.²² Concebendo que o período “não foi menos repressivo”, Mariusso estudou a violência contra os homossexuais e a imprensa gay entre 1978 e 1981. Para tanto, analisou matérias, capas, charges, poemas e anúncios sobre o período, a imprensa e a violência contra os homossexuais veiculados no jornal *O Lampião da Esquina*.²³

Regime militar, repressão & imprensa gay

Durante a segunda metade do século XX, o Brasil passou por profundas transformações políticas. Entre 1964 e 1985, foi instaurado o regime militar. João Goulart, acusado de “promover a comunização do Brasil”, figurava como inimigo a ser combatido. A “manutenção da ordem”, da liberdade, da constituição e da democracia compunham a bandeira dos militares que empreenderam o chamado golpe civil-militar.²⁴ É preciso lembrar que, além da participação dos militares, o golpe teve respaldo do empresariado nacional e amplo apoio da imprensa escrita.²⁵

Desde o início, a repressão e o autoritarismo foram marcas do regime. Porém, intensificaram-se ainda mais a partir de 1968. Com o Ato Institucional nº 05, decretado em 13 de dezembro de 1968, Costa e Silva fechou o parlamento por tempo indeterminado, obteve poderes discricionários e deu forma jurídica ao estado de exceção.

²¹ ZANATTA, Elaine Marques. Documento e identidade: o movimento homossexual no Brasil na década de 80. *Cadernos AEL*, n. 05/06, 1996/1997. Disponível em <http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/viewFile/127/134>. Acesso em 20 jul. 2015.

²² SOUSA NETTO, Miguel Rodrigues de. *Homoerotismo no Brasil contemporâneo: representações, ambiguidades e paradoxos*. 187f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

²³ MARIUSSO, Victor Hugo da Silva Gomes. *Lampião da Esquina: homossexualidade e violência no Brasil (1978-1981)*. 212 fls. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia, 2015.

²⁴ FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 14.

²⁵ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo: 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. p. 30.

Com o AI – 5, deu “um golpe dentro do golpe.”²⁶ Porém, ainda que tenha significado “um novo patamar” ao “institucionalizar os diversos sistemas repressivos”, a decretação do AI – 5 não pode ser tomada como uma ruptura ou uma mudança de rumo no regime. Ao contrário, deve ser entendida como “a expressão vitoriosa de um anseio existente desde os primeiros momentos do regime”, posto que a tortura e o assassinato político foram praticados no governo Castelo Branco.²⁷

Apoiadores do golpe, jornais da grande imprensa passaram a conviver com as arbitrariedades características do regime. O *Correio da Manhã*, por exemplo, teve a sua sede atacada, além das prisões de Osvaldo Peralva (diretor – superintendente), em dezembro de 1968, Nelson Batista (diretor) e Niomar Muniz Sodré (proprietária), em janeiro de 1969. Já *O Estado de São Paulo* e o *Tribuna da Imprensa* sofreram censura prévia.²⁸ Ainda assim, a grande imprensa demitiu jornalistas críticos e combativos, silenciou sobre as ações da guerrilha urbana, propagou uma visão triunfalista da economia brasileira no período do chamado “milagre econômico” e, frequentemente, assumiu perspectiva colaboracionista “veiculando notícias plantadas pela polícia sobre fugas ou atropelamentos de presos políticos.”²⁹ Como observou Beatriz Kushnir: “como nem todas as redações eram de esquerda, nem todos os jornalistas fizeram do ofício um ato de resistência ao arbítrio”.³⁰

Rodrigo Patto Sá Motta ressaltou que, por um lado, se os jornais da grande imprensa não “se empolgaram com a obra política dos militares”, notadamente quando a censura afetou a liberdade de expressão, por outro lado, com exceção de *Última Hora* e *Correio da Manhã*, também não fizeram “oposição frontal” ao projeto ditatorial. Conforme o autor:

²⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 73.

²⁷ FICO, Carlos. A pluralidade das censuras e das propagandas da ditadura. In.: FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula (Orgs.). **1964-2004 - quarenta anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p. 74.

²⁸ Sobre censura e imprensa no regime militar, consultar: AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru/SP: Edusc, 1999, MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)**. 2.ed. São Paulo: Global, 1980, SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2000 e DOBERSTEIN, Juliano Martins. **As duas censuras do regime militar: o controle das diversões públicas e da imprensa entre 1964 e 1978**. 212 fls. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

²⁹ KUCINSKI, op. cit., p. 39-45, grifos do autor.

³⁰ KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 27

Os grandes jornais, na maioria, se acomodaram à situação política, comportamento, aliás, comum na nossa cultura política. Em linhas gerais, os grandes diários compactuaram com o regime e se adaptaram à situação autoritária, notadamente quando o quadro econômico da primeira metade dos anos 1970 gerou nova fonte de legitimidade para a ditadura. Com isso, a imprensa contribuiu indiretamente para a continuidade do regime militar, embora alguns de seus veículos pefiram, hoje, cultivar outro tipo de memória sobre o período.³¹

Frente à repressão e a censura, devemos destacar a resistência mantida pelos órgãos da chamada imprensa alternativa. De acordo com Kucinski, durante quinze anos de ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1980, existiram cerca de 150 periódicos, que tinham como traço comum a oposição ao regime. Ficaram conhecidos como imprensa alternativa, nanica, de leitor, independente e underground.³² Como consta no seu estudo:

Em contraste com a complacência da grande imprensa para com a ditadura militar, os jornais alternativos denunciavam sistematicamente as torturas e violações dos direitos humanos e faziam a crítica do modelo econômico. Inclusive nos anos de seu aparente sucesso, durante o milagre econômico, desde 1968 a 1973, destoando, assim, do discurso triunfalista do governo ecoado pela grande imprensa, gerando todo um discurso alternativo. Opunham-se por princípio ao discurso oficial.³³

Com papel central de resistência as arbitrariedades, os periódicos sofriam uma forte repressão por parte de o aparelho militar. Kucinski ressaltou aspectos da censura:

O aparelho militar distinguia os jornais alternativos dos demais, perseguindo-os e submetendo os que julgava mais importantes a um regime especial, draconiano, de censura prévia. Editores d'O PASQUIM permaneceram encarcerados por dois meses logo após o AI-5. Editores do RESISTÊNCIA, do COOJORNAL, do OPINIÃO, foram presos em ocasiões diversas. Algumas edições eram apreendidas, mesmo depois de filtradas pela censura prévia.³⁴

³¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. *Topoi*, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 63. Disponível em: <www.revistatopoi.org>. Acesso em: 17 out. 2013, p. 85.

³² KUCINSKI, Op. cit.

³³ KUCINSKI, op. cit., p.XIII

³⁴Idem, p. XIV

Para além dos órgãos da chamada imprensa alternativa, também podemos pensar a imprensa gay durante o regime militar brasileiro.³⁵ Os primeiros registros da imprensa homossexual no Brasil datam da década de 1960. Dentre os impressos, podemos destacar o periódico *Snob*, que circulou entre 1963 e 1969, tendo sido idealizado por Agildo Guimarães, recifense residente no Rio de Janeiro desde 1952. Conforme Miguel Rodrigues de Sousa Netto, o *Snob* era voltado para o “colunismo social”. Divulgando festas, concursos e fofocas, foi um jornal que circulou no Rio de Janeiro, nas regiões de Copacabana e na Cinelândia. Ainda conforme Sousa Netto, não havia um compromisso político, seu intuito era apenas o entretenimento da comunidade gay da cidade e “serviu para estreitar os laços de homens que se sentiam um pouco solitários e esperançosos naquela grande cidade”.³⁶ O aumento da repressão, muito provavelmente, levou ao encerramento da sua publicação.

Paralelo ao *Snob*, outros impressos passaram a circular pelo Brasil. A imprensa homossexual se mostrou bastante atuante em Salvador. *Fatos e Fofocas*, publicação quinzenal editada pelo jornalista Waldeilton Paula, transitava de mão em mão na capital baiana. Não trazia, entretanto, discussões de idéias e abordagem política. Praticava o já citado “colunismo social” soteropolitano.

Posteriormente, no fim de 1977, o *Lampião da Esquina* foi idealizado por um grupo de intelectuais gays do Rio de Janeiro. Segundo Sousa Netto:

No fim de 1977, homossexuais ligados às artes e ao jornalismo reuniram-se no apartamento do pintor Darcy Penteado, com vistas à organização de uma antologia de literatura gay latino – americana por parte de Winston Leyland, fundador da Gay Sunshine Press, de São Francisco (EUA). A presença de Leyland foi um elemento catalisador para a criação de um jornal voltado para o público homossexual no Brasil. Assim, em 1978 um grupo de homossexuais fundou o periódico que, em abril de 1978 circulou em sua edição número zero. O jornal *Lampião* contava em seu conselho editorial com Aguinaldo Silva (editor), Antônio Crysóstomo, Clóvis Marques, Darcy Penteado, Francisco Bittencourt, Gasparino Damata, Jean-Claude Bernardet,

³⁵ A imprensa gay é compreendida por “publicações periódicas que orientam sua linguagem verbal, assim como a linguagem gráfica, para leitores que se identificam como homossexuais.” RODRIGUES, Jorge Luís Pinto. **Impressões de identidade: histórias e estórias da formação da imprensa gay no Brasil.** 216 fls. Tese. (Doutorado em Letras). Universidade Federal Fluminense, 2007, p. 14.

³⁶ SOUSA NETTO, op. cit., p. 139.

João Antonio Mascarenhas, João Silvério Trevisan e Peter Fry, além de colaboradores.³⁷

Em *A imprensa gay do Rio de Janeiro: linguagem verbal e linguagem visual*, Jorge Luiz Pinto Rodrigues ressaltou que o surgimento de *O Lampião* representou o “inconformismo diante da repressão e do conservadorismo que se abatia sobre uma parcela da sociedade brasileira.”³⁸

Em abril de 1978, em sua Edição zero, o conselho editorial expôs as linhas gerais do projeto do jornal:

Para acabar com essa imagem-padrão, LAMPIÃO não pretende soluçar a opressão nossa de cada dia, em pressionar válvulas de escape. Apenas lembrará uma parte estatisticamente definível da população brasileira, por carregar nas costas o estigma da não-reprodutividade numa sociedade petrificada na mitologia hebraico-cristã, deve ser caracterizada como uma minoria oprimida. E uma minoria, é elementar nos dias de hoje, precisa de voz. (...) Para isso, estaremos mensalmente nas bancas do país, falando da atualidade e procurando esclarecer sobre a experiência homossexual em todos os campos da sociedade e da criatividade humana.³⁹

Sua proposta consistia em construir uma abordagem diferente de tudo que havia sido produzido no Brasil até o momento. Com uma linguagem diferenciada, suas publicações explanavam a necessidade de consciência e mobilização da comunidade gay nos diferentes espaços sociais.

Vale lembrar que o *Lampião*, mesmo sendo voltado para o público homossexual, abriu espaço impresso para outras minorias. Representantes de grupos negros, índios e mulheres também publicavam nas suas páginas. Carlos Ferreira constatou que o periódico inicialmente estava mais preocupado em retirar o gay da margem social, abrindo também espaço para os discursos das outras minorias.⁴⁰

³⁷ SOUSA NETTO, op. cit., p. 136-7.

³⁸ RODRIGUES, Jorge Luiz Pinto. *A imprensa gay do Rio de Janeiro: linguagem verbal e linguagem visual*. In: GROSSI, Miriam Pillar et. all. (orgs.). *Movimentos sociais, educação e sexualidades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 69-90.

³⁹ *O Lampião da Esquina*, 1978, p. 02

⁴⁰ FERREIRA, Carlos. Op. cit., p.05

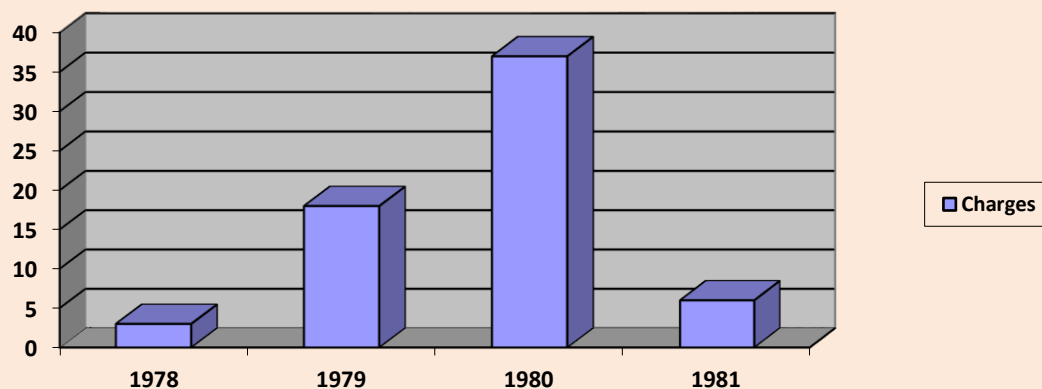
Dentre os temas principais do impresso, temos reportagens com personalidades homossexuais e não-homossexuais, além de contos, críticas literárias e teatrais, matérias sobre cinema, bem como pequenas notas contra o preconceito, comum em atos e ataques homofóbicos. Caracterizava-se como de grande relevância para seus editores a publicação de cartas dos leitores, uma das seções mais populares do jornal. Assim, leitores do jornal passaram a enviar cartas sugerindo que os editores investissem na produção de páginas com menos seriedade e mais humor.⁴¹ E, neste contexto, as charges ganharam espaço.

Charges no jornal *O Lampião da Esquina*

Após entrar em contato com a historiografia sobre ditadura militar, imprensa alternativa, imprensa gay e o jornal *O Lampião da Esquina*, iniciamos o trabalho com as fontes. O processo de pesquisa no jornal culminou com o levantamento das charges. A sistemática da investigação consistia na utilização de fichas para registro de informações sobre a charge e sua veiculação, tais como: data de publicação, título, autoria, página de veiculação e temática.

Ao todo, consultamos quarenta e uma edições do jornal *O Lampião da Esquina*, sendo três edições extras e uma corresponde a sua Edição 00. Sobre a relação entre quantidade e o período de veiculação, podemos observar a imagem abaixo:

Imagem 1 - Período de veiculação das charges



O Lampião da Esquina (1978-1981)

⁴¹SOUSA NETTO, Op. cit., p. 142

Cumpra registrar uma particularidade no processo de veiculação das charges. Apenas em 1978, as três charges publicadas foram veiculadas em edições separadas. Com relação a 1979, as dezoito charges foram veiculadas em nove edições diferenciadas. Em 1980, as trinta e sete foram veiculadas em onze edições distintas. Já seis charges foram veiculadas em três edições de 1981. No total, foram publicadas sessenta e quatro charges e, destas, cinco foram republicadas em edições extras do jornal.

Dentre o total de charges, somente cinco não continham assinatura do chargista. Não foi fácil, porém, identificar a autoria e obter informações sobre os autores. Oito chargistas produziram material para o jornal. Dentre eles, Hartur e Levi se destacam como os que mais contribuíram com suas produções, pois juntos publicaram quarenta e oito das sessenta e quatro charges veiculadas. Hartur, de acordo Sousa Netto, era um leitor gaúcho do jornal que colaborou em diversas oportunidades,⁴² totalizadas em dezesseis publicações. Já a produção de Levi figura no período entre a vigésima primeira e a última edição, sendo considerado “o chargista do jornal”.⁴³

Durante a pesquisa, constatamos certa inclinação de alguns chargistas para determinados temas. As charges sobre repressão, economia, exílio, corrupção ou meio ambiente, em sua maioria, foram assinadas por Hartur. Já Levi abordava temas mais ligados a sexualidade, religião e discussões voltadas às chamadas minorias, principalmente com referência temática a pobreza, marginalização do negro, emancipação feminina e violência policial.

Dentre as charges publicadas acerca da situação política brasileira, chama atenção uma produção em que Hartur faz referência ao retorno dos exilados brasileiros no contexto de aprovação da Lei da Anistia:

⁴²SOUSA NETTO, Op. cit., p.144

⁴³ RODRIGUES, Op. cit., p. 110.

Imagem 2



O Lampião da Esquina. Ago. 1979, p. 5.

É sabido que a Lei da Anistia beneficiou tanto as vítimas quanto os opressores. No entanto, os traços de Hartur ressaltam o caminho estreito para o regresso das vítimas que foram exiladas pelo regime. Para além, indicava um risco iminente no retorno, qual seja: ao andar numa corda bamba o exilado corria o risco de cair no abismo caso não se equilibrasse.⁴⁴

Tal metáfora permite refletir sobre as características da própria lei da Anistia e a situação daqueles que lutaram contra o regime militar. Em trabalho ocupado em analisar a história da luta “em prol da anistia às pessoas perseguidas pela ditadura”, particularmente no Rio Grande do Sul, temos a seguinte reflexão:

A criação de organizações voltadas essencialmente para a luta pela anistia data de 1975, ano em que surgiu o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA). A campanha ganhou novo fôlego no início de 1978, com a formação dos primeiros Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs), nas capitais e em outras cidades do País e do exterior. Quando, em agosto de 1979, o Congresso Nacional votou o projeto de anistia do presidente João Batista Figueiredo, várias outras entidades já estavam associadas à luta, representando estudantes, profissionais

⁴⁴ Além de panfletos, fotos, jornais, depoimentos e documentos de parlamentares, as charges acerca da luta em prol da anistia aos perseguidos pela ditadura militar brasileira publicadas nos jornais alternativos *Em Tempo*, *Movimento*, *O Rio Grande* e *Coojornal* serviram de fonte para a pesquisa de RODEGHERO, DIENSTMANN & TRINDADE. Cf. RODEGHERO, Carla Simone, DIENSTMANN, Gabriel, TRINDADE, Tatiana. *Anistia ampla, geral e irrestrita: História de uma luta inconclusa*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011

liberais, operários, artistas, categorias diretamente atingidas pela repressão, etc. Desde o surgimento do MFPA, a tentativa de convencer o governo e o Congresso sobre a necessidade da anistia foi empreendida concomitantemente à busca de apoio de organizações que vinham assumindo a identidade de opositores da ditadura: O Movimento Democrático Brasileiro (MDB); a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); a Associação Brasileira de Imprensa (ABI); a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).⁴⁵

Em que pese à importância da mobilização da sociedade civil, vale lembrar que o processo de transição política foi coordenado pelos militares. Assim, a Lei da Anistia é tomada como momento central do processo de transição. No entanto, sua formulação delineava limites claros que não seriam transpostos. Como ampla, geral e irrestrita, limitava indagações sobre o passado, protegendo especialmente os homens da caserna. Como observou Maria Celina D’Araujo:

A anistia brasileira promulgada em 1979 contemplava pessoas punidas por atos políticos entre 1961 e 1979. Não abrangia, contudo, todos os “crimes” da oposição – incluindo os dos militares que não aderiram ao golpe. Especificamente, não anistiava inicialmente os que fossem acusados de crimes de morte. Também não reparava os casos de perda de emprego por motivos políticos, casos de perdas morais e de perdas de patentes de militares. Gradativamente esses itens foram sendo revisados pelos governos civis. A anistia de 1979 também não reconhecia a questão dos desaparecidos, um dos temas mais delicados para os militares.⁴⁶

Convém destacar, ainda, outras duas charges de Hartur sobre a política econômica, crise do petróleo e inflação:

⁴⁵ RODEGHERO, Carla Simone, DIENSTMANN, Gabriel, TRINDADE, Tatiana. Op. cit., p.17

⁴⁶ D’ARAÚJO, Maria Celina. Geisel e Figueiredo e o fim do regime militar. In.: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula (Orgs.). **1964-2004 - quarenta anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p.99.

Imagem 3



O Lampião da Esquina, nov. 1979, p. 4.

Imagem 4



O Lampião da Esquina, Abr. 1980, p. 15.

A primeira remete ao aprofundamento das relações entre o Brasil e os países do Oriente Médio durante as crises do petróleo na década de 1970.⁴⁷ Já a segunda imagem, dialoga com a elevação da taxa internacional de juros, a capacidade da econômica brasileira adaptar-se ao ambiente econômico internacional e com o resultado imediato da crise do petróleo, qual seja: a elevação do preço da gasolina no início da década de 1980.

É preciso destaca que, além de estagnação econômica, os anos 80 tiveram início com altíssimo índice de inflação, como bem sugere a charge acima (Imagem 04). Em 1980, o índice anual alcançou 110,2%, regressando para 95,2% no ano seguinte.⁴⁸

⁴⁷ Para maiores informações, consultar: SANTANA, Carlos Ribeiro. O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os dois choques do petróleo da década de 1970: um exemplo de ação pragmática. *Revista Brasileira de Política Internacional*. N. 49, p. 157-177, 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v49n2/a09v49n2.pdf>>. Acesso em 15 set. 2015.

⁴⁸ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 11.ed. São Paulo: Edusp, 2003, p. 503.

Considerações Finais

Com a pesquisa, observamos que as charges são instrumentos políticos. Com traços de humor, são portadoras de opiniões e críticas sobre situações e personagens, como demonstram os casos em destaque. Assim sendo, as charges d' *O Lampião* podem ser pensadas como armas utilizadas para criticar, de forma satírica, as mazelas do período militar, o preconceito homofóbico, o descaso com as classes menos favorecidas, a violência policial, a falta de consciência ambiental, a marginalização do negro e a violência contra a mulher.

O leitor desavisado pode, no entanto, argumentar equivocadamente que a veiculação de material crítico ao regime e seus mantenedores era um expediente mais exequível no período de abertura política. De início, precisamos ressaltar as características desse processo conhecido como “distensão política”, “abertura” ou “transição democrática”. Vale lembrar que foi “iniciado pela militares, e não por pressão da ‘sociedade civil’, ainda que ela tenha influído, de maneira decisiva”. Além disso, teve “sua natureza, andamento e objetivos determinados” pelos militares e “correspondeu à necessidade dos próprios militares resolverem problemas internos à corporação, e não a uma súbita conversão democrática de parte do oficialato.”⁴⁹

Outro aspecto que precisamos considerar diz respeito a manutenção do aparelho repressivo mesmo com a revogação dos Atos Institucionais, a Lei da Anistia e o retorno dos exilados políticos. Como ressaltou Daniel Aarão Reis Filho:

As grandes majorias confortavam-se com a ideia de que a opção democrática, uma promissora alvorada, dispunha de fundas e autênticas raízes históricas. Mas havia ali ainda muitos pontos cegos e alguns nós difíceis de desatar. Em destaque, os Centros de Operação de Defesa Interna (Codis), com seus braços armados, os Destacamentos de Operações e Informações (DOIs), responsáveis imediatos pela caça e tortura de muitos dos que se opuseram ao regime. Prefiguradas já na *Operação Bandeirantes*, em São Paulo, em funcionamento desde 1969, e nacionalmente organizadas a partir de

⁴⁹ CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, n. 25, p. 83-106, 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n25/31113.pdf>>. Acesso em 01 set. 2015, p. 83.

setembro daquele ano, essas agências da repressão continuavam vivas e ativas. Intocadas. E inconformadas com o processo de transição democrática. (...) Além disso, no topo do poder, o presidente eleito – por seis anos – era um general, sufragado, em novembro de 1978, por um Congresso tolhido pelo regime de exceção, mais ditador do que presidente. Como compatibilizar a anomalia com um regime democrático?⁵⁰

Portanto, muitas charges veiculadas no *Lampião da Esquina* visavam a crítica e a denúncia, sem, porém, deixar de provocar o riso no leitor. Em muitos casos, a intenção dos produtores do material gráfico era, muito provavelmente, levar o leitor a reflexão, exercício tão necessário para compreendermos nossa cambaleante abertura política com a constituição de uma enviesada “transição democrática”.

⁵⁰ REIS FILHO, op. cit., p. 10.